

Entrevista

com Jean-Frédéric Schaub (EHESS – Paris)

POR LETÍCIA DOS SANTOS FERREIRA & YLLAN DE MATTOS

Nesta edição da *7 Mares*, entrevistamos o historiador francês Jean-Frédéric Schaub, autor de vários livros e artigos sobre Portugal e Castela, no momento que o primeiro esteve incorporado a segunda. Nascido em Paris, no ano de 1963, o professor da *École des hautes études en sciences sociales* concedeu esta entrevista em outubro de 2013 à Revista, após proferir a conferência de abertura no Colóquio Internacional *Cores da Escravidão & Cores da Liberdade: Cor, Raça, Condição e Qualidade no Mundo Ibérico*, promovido pela Universidade Federal Fluminense e a Companhia das Índias. Renovação historiográfica e pontos de vista polêmicos marcaram este profícuo bate papo. Vamos a ele!

7 Mares: Os alunos da Universidade Federal Fluminense identificam o senhor com o livro *Portugal no tempo do Conde Duque de Olivares (Portugal au temps du comte-duc d'Olivares)*, uma vez que essa foi a primeira obra que dispomos em nossa biblioteca. O que o senhor destacaria como fundamental nesse trabalho e que momento da sua trajetória ele reflete?

Jean-Frédéric Schaub: Esse livro é uma versão um pouco abreviada da minha tese de doutoramento. A origem desta tese nasceu de um encontro que fiz, em outubro de 1988, quando intencionava pesquisar e escrever sobre a corte do rei dom Felipe IV de Espanha, Castilha e Aragão e tive o privilégio de poder participar, como único assistente não falante [ouvinte], de um seminário organizado pelo professor John H. Elliott, na cidade de Toro, na Espanha – Castela, onde morreu o conde-duque de Olivares [em 1645]. John Elliott, a esta altura, convidou realmente os melhores historiadores espanhóis, franceses, italianos, britânicos e norte-americanos sobre história ibérica no século XVII, com um único convidado português: o professor António Manuel Hespanha. De todas as apresentações que lá foram feitas, cujo nível foi extraordinário, o mais brilhante foi o discurso do Hespanha, sem dúvida nenhuma. Eu não tinha, a essa altura, qualquer relação com o mundo português. Toda a minha formação foi uma formação para ser professor investigador no campo da História da Espanha. O discurso de António Hespanha foi fascinante. Depois, fomos numa cafeteria para conversar sobre sua fala e aquela conversa durou três horas. No final – a esta altura eu tinha 23 anos –, o Hespanha disse: Por que tu não vens comigo fazer a tese de doutorado em Lisboa?

Neste momento, eu tinha um ótimo orientador, ótimo professor que adoro, Bernard Vincent, da *École des hautes études en sciences sociales*, grande historiador especialista da Espanha no século XVI e XVII, em particular do tema dos Mouriscos. Disse para o Vincent: – Finalmente, eu não quero fazer a tese sobre a Espanha do século XVII, mas sobre Portugal do século XVII. O que acha professor? Ele me disse: – eu acho a ideia fantástica! E eu fiz com orientação do António Manuel Hespanha, em Portugal, e com Vincent na França. A tese de doutoramento, cujo resultado foi aquele livro mencionado, é um trabalho fundamentalmente arquivístico, baseado na digestão de um pequeno francês vindo de uma sociedade na qual o Estado é praticamente religião cívica e o descobrimento da fraqueza do argumento sobre o Estado, pelo menos em referência com a sociedade da época Moderna (séculos XVI, XVII e XVIII). E, pronto, esse foi mais ou menos o percurso que me levou a defender a tese e publicar aquele livro.

7M: E o que é mais fundamental nesse trabalho?

JFS: No meu ponto de vista, o aspecto mais fundamental é a crítica do caráter necessário da Restauração portuguesa [1640]. Ou seja, o que eu quis ilustrar é como funcionava aquele sistema sem tomar em conta o fato que aquilo tinha que acabar. Uma hipótese aberta, que poderia tanto perceber um Portugal para sempre unido à Espanha e, por exemplo, a Catalunha não. Ou seja, sem retro aplicar o prejuízo, embora muito de nós saibamos que aquilo foi dividido a partir de 1640. Mas era isso a única saída possível? Não. Poderia a história ser completamente diferente.

O núcleo do meu livro é dizer que a interpretação nacionalista portuguesa, sobre o destino de Portugal e em sua relação com a Espanha, não funciona. Não acredito que a sociogênese da identidade portuguesa diferente, fundamentalmente diferente, da identidade espanhola, possa basicamente ser o elemento que explica o que se passou a partir de 1640. Eu estudo o período anterior, quando entre a visão e a crítica, as elites portuguesas aderiram e criticaram as condições da União Ibérica [1580-1640].

7M: No curso, durante a graduação, tivemos a oportunidade de ler um de seus livros, *Portugal na monarquia hispânica*. Além do diálogo com os portugueses, sua trajetória é marcada pela presença em diferentes áreas de investigação, como Buenos Aires e Londres. Isso é uma experiência, para nos estudantes de Pós-graduação em História, muito recente. Atualmente, os programas de pós-graduação no Brasil permitem que nós possamos viajar um pouco mais e ter esse contato. É um tema muito caro essa experiência entre vários centros de investigação. Como essas experiências influenciaram a sua formação acadêmica e quais historiadores mais te tocaram?

JFS: Bom, primeiro eu vou dizer uma coisa: a mobilidade acadêmica pode ser útil. Digamos, é ainda mais útil quando isso impõe ao jovem investigador a pensar em temas novos, inclusive em investigar questões que não são questionadas em geral no departamento, na universidade onde cada um foi formado. Quer dizer que é uma coisa totalmente diferente: organizar uma comunidade de estudantes com a ideia que eles vão apreender métodos fora para estudar sempre a mesma coisa, ou seja, história nacional, e dizer que a mobilidade no espaço acadêmico significa também uma mobilidade no mapa das questões a serem estudadas. Ou seja, não é a mesma coisa viajar a Londres, ou a Los Angeles, ou a Paris, ou a Dublin para um estudante brasileiro fazer lá história do Brasil. Isso pode não ter muita eficácia. É completamente diferente dizer, por exemplo, que o jovem brasileiro com apoio da sua universidade, do seu estado, confederação, saia por três anos para Xangai, dominando a língua chinesa, e faça estudos sobre a sociedade chinesa ou sobre a sociedade francesa ou sobre a sociedade norte-americana.

Agora, não falando de mim e, sim, falando de vocês: a mobilidade dos jovens brasileiros, hoje, tendo em conta a qualidade do meu ponto de vista extraordinária do enquadramento científico que já dispõe o Brasil, pode ser menos interessante que uma mobilidade acompanhada com uma mudança radical na escolha dos temas de pesquisa. Estudar história do Brasil colonial em Londres pode não fazer muito sentido. Pode ser mais interessante, um carioca viajar a Salvador do que viajar a Paris. E, portanto, me parece que não é necessário reproduzir um gesto colonial. Quer dizer que aqui está o objeto para estudar e lá estão as ideias? Acho que há tantas ideias aqui como lá, de tal maneira que eu encorajaria uma mobilidade de estudantes, mas com a curiosidade para estudar outro tema que não a história do Brasil. Escrever uma tese sobre Pernambuco do século XVII ou sobre as guerras na região da França no século XVII, para um brasileiro, não é mais caro, tendo em conta a mobilidade no espaço. Vocês tem que pedir apoio financeiro ao Itamarati?

7M: Solicitamos direto ao CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico] ou a Capes [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior], ultimamente.

Mas o tipo de Estado do Itamarati, eles têm um grande problema em não colocar os brasileiros para conhecer realmente as cidades estrangeiras, que é indispensável para todo o país. No meu caso, na mobilidade entre Portugal, Grã-Bretanha, Espanha e Estados Unidos, que são os quatro polos principais, eu destacaria que Portugal foi fundamental. Em termos da minha formação pessoal, meu descobrimento da problemática e de teorias da História, teorias sociais, sem dúvida nenhuma, apreendi mais em Portugal que nos Estados Unidos, na Grã Bretanha, na Espanha e em outros países. Isso não é uma regra geral, mas minha experiência empírica foi em Portugal, onde apreendi o maior número de coisas, do ponto de vista profissional, na minha mobilidade, no meu nomadismo acadêmico.

7M: E que historiadores mais lhe marcaram nesta trajetória acadêmica?

JFS: Bom, já está dada a resposta. Falei do António Manuel Hespanha, sem dúvida. Também acho que o John Elliott é um imenso historiador. Posso compartilhar ou não algumas de suas análises, mas do ponto de vista, digamos, da *École des Annales*, que é a minha formação inicial, sem dúvida nenhuma ele é um historiador clássico. Mas, pensando bem, é um belíssimo historiador. Extraordinário. Foi outro historiador que me marcou imensamente, até porque eu não faço muita diferença entre intelectual e amizade pessoal. O que tenho com Hespanha é quase filial. O que tenho com Elliott é pessoal. E o terceiro, eu diria Fernando Bouza. Sem dúvida, são essas três pessoas de fora da França que tiveram maior influência sobre meu trabalho.

7M: Três grandes mestres, importantíssimos na formação de quem se dedica a estudar época Moderna. Nesta última segunda, no Colóquio Internacional *Cores da Escravidão & Cores da Liberdade: Cor, Raça, Condição e Qualidade no Mundo Ibérico*, promovido pela Universidade Federal Fluminense e a Companhia das Índias, o senhor optou por começar a conferência abordando a Revolução Russa de 1917. Escolha um tanto audaciosa, em tempos marcados pela especialização dos historiadores e de preciosismos conceituais. Em que sentido esse movimento de comparação entre sociedades tão diferentes pode ser útil à reflexão histórica?

JFS: Eu acho que, por um lado, a especialização localizada é absolutamente muito expressada na formação dos historiadores para fazer conta de quais são os materiais que permitem construir um discurso minimamente controlado, nacional, a partir dos traços documentais que temos do passado. De tal maneira, eu concordo completamente com aqueles historiadores professores que

empurram os estudantes para fazer trabalhos por vezes com preciosismos, pormenores, pequenos, mas com todo material de arquivos, de imagens, típicos traços materiais do passado, porque se esse tipo de trabalho não for feito nunca na carreira de um historiador, a própria História não poderá entender quais são as operações intelectuais próprias da História.

A partir desta colocação, existem várias atitudes possíveis. No meu entender, todas válidas se são bem feitas. Uma delas é continuar a vida toda estudando o mesmo problema, com o mesmo tipo de material e com uma grande paciência. Enfim, os historiadores que estudam a expulsão dos mouriscos da Espanha durante toda a vida académica deles produzem uns materiais que são cada vez mais aprofundados com variações, com precisões, e isso me parece completamente válido. Como me parece completamente válido, historiadores, que entendem como se faz história, queiram pensar em termos de síntese, comparando situações que ninguém poderia estudar ao nível do conhecimento empírico e conforme seus arquivos, porque seria uma digestão e uma quantidade de documentos tão gigantesca que ninguém, nem com tempo nem com racionalidade, poderia fazer.

Eu não escolho entre as duas formas de conceber o ofício de historiador. Acho que a síntese comparativa é até chocante, como eu fiz aqui [na conferência] com dois casos que não tem nenhum tipo de relação genética. Quer dizer, no caso que eu apresentei, é evidente que os líderes da Revolução Russa [1917] e os grandes chefes do Estado Soviético não sabiam absolutamente nada das monarquias ibéricas dos séculos XVI e XVII. Não sabiam e não se importavam; não tinham a mínima ideia, a não ser aquelas banalidades na visão geral do historiador, a unanimidade de Marx, de Engels. Quer dizer nada, nada real. O texto parece-me legítimo porque as formas do regulamento social que eu vejo no sistema soviético, a partir de uma leitura secundária, me permite repensar, finalmente, o que eu vejo com um outro tipo de material, muito mais de arquivo e que eu conheço bem, cujos materiais eu tenho acesso. Penso que qualquer tipo de discurso normativo, sectário, dogmático, para dizer que todo trabalho do historiador que não passa pelo arquivo não vale nada, muito pelo contrário, o discurso que pensa que no fundo o trabalho erudito não produz ideias, aquelas duas visões são erradas.

O que penso e repito é que, na formação inicial, o contato com os materiais primários do raciocínio historiográfico torna-se indispensável. A partir de lá, o talento, o gosto e a curiosidade do historiador podem seguir um caminho outro ou os dois sucessivamente, dependendo dos momentos. Eu, pessoalmente, adoro os arquivos, mas não tenho um grande gosto em escrever o que vejo nos arquivos. Eu não gosto de escrever muito. Não gosto muito mais de escrever do que de ver. Para dizer a verdade, sinceramente, não gosto de ler muito os trabalhos dos historiadores. Gosto de ler os documentos nos arquivos. Porém, paradoxalmente, não gosto de escrever sobre o que vejo nos arquivos, mas gosto de escrever sobre as questões muito mais gerais. Não há regras. Para mim, não há regras fixas. O importante é uma certa honestidade intelectual e aquela formação inicial, isso é suficiente.

7M: Pensando na historiografia, recentemente se tem preferido utilizar o conceito de “monarquias compósitas”, do John Elliott, e os demais inspirados neste último, como “monarquia pluricontinental” ou, ainda título de um livro recente, “monarquias policêntricas”. Tais perspectivas adotam como referência direta ou indireta a noção de “centros” e “periferias” de Edward Shils. Como o senhor se posiciona sobre esse aspecto e como empregar essa abordagem em estudos sobre o espaço colonial, pensando no movimento da historiografia de cada vez mais deixar de lado a ideia de “pacto colonial”, de “colônia”, até mesmo falando do preciosismo de não usar o termo “colônia” para definir a América portuguesa, do mundo atlântico?

JFS: Sobre “centro e periferia”, uma das respostas possíveis é uma piada clássica: Onde você mora? Longe? Longe de que? A ideia de “centro e periferia” apenas pode funcionar em casos particulares. Não pode usar uma teoria geral de “centro e periferia”. Ela não funciona. Vou te dar um exemplo muito concreto. Uma das ilhas dos arquipélagos de Açores no século XVI e XVII, a Ilha Terceira, de um certo ponto de vista, estava no centro da monarquia portuguesa, porque todos os barcos do retorno, não apenas da América, mas da Ásia e da África, tinham que passar por lá. E, sem a Ilha Terceira, a comunicação interna no império pluricontinental, na monarquia política portuguesa, teria sido completamente diferente. Aquela ilha minúscula no meio do Atlântico estava bem no centro. Realmente central. Entretanto, uma aldeia situada a dez quilômetros de Lisboa é uma periferia absoluta, uma periferia radical. Agora, uma das questões que a historiografia colonial coloca de forma permanente é saber se as distâncias entre a corte e as cidades, os territórios dominados na América e na África, aquela distância, aquele tempo de comunicação, tinha como indicação uma maior distância política em relação com a corte. Eu diria que depende. Por exemplo, um caso espanhol que me parece muito gráfico, muito explícito: um arcebispado de Toledo, que fica a 70 quilômetros de Madrid, foi, durante o Antigo Regime, o arcebispado mais rico da cristandade depois de Roma, o que significa que o arcebispo de Toledo era um homem político e um homem investido de uma autoridade jurisdicional gigantesca. O arquivo diocesano de Toledo foi tão grande como o arquivo de Estado italiano daquela época. Gigantesco. Agora, é verdade que o rei de Espanha, com sua corte de Madri a 70 quilômetros de Toledo, tinha força política para impor qualquer coisa ao arcebispo de Toledo? É evidente que não. Não, absolutamente não. O rei de Espanha, Castela e Aragão, seria capaz de impor uma nova regra fiscal, uma nova regra de organização municipal em *cabildos*, para a Nova Espanha, na Mesoamérica? Provavelmente sim. Ou seja, porque existe, sem dúvida nenhuma, a distância e o tempo e eles criam condições particulares, diferentes, e não me refiro a formação da população – isto é uma outra história.

Por outro lado, isso não significa uma correlação mecânica entre mais longínquo, menos autoridade. É mais complicado do que isso, porque até muito perto do coração do governo monárquico o grau de autonomia das cidades, das populações, podia ser enorme e o grau de autonomia das colônias deveria ser não tão grande. Não há uma correlação mecânica. Agora, é evidente, também, que uma cidade onde 75% da população é de origem africana e 60% ou 65% está em regime de escravidão, é uma sociedade que não funciona como uma aldeia 100% europeia, no meio da península Ibérica. Elas não são sociedades idênticas.

7M: Ainda sobre a produção historiográfica, uma outra renúncia é o uso do termo Estado para traduzir as realidades políticas da época Moderna. Para o caso francês, o trabalho do James Collins sobre os limites fiscais do absolutismo pode ser usado como exemplo. Esse estudo corroborou a tese revisionista, ao apontar as dificuldades da monarquia francesa em estabelecer um sistema de taxação direta no século XVII. Gostariamos de saber a viabilidade dessa opção metodológica para França dos séculos XVI e XVII, ou seja, do limite do Estado.

JFS: Eu não vou repetir os trabalhos de James Collins ou de outro historiador que escreveu muito pouco – o que é uma tragédia! –, Alain Guerrier, que escreveu exatamente sobre o mesmo tema e, no meu entender, de forma mais profunda e mais brilhante que o próprio Collins. Não vou entrar no tema fiscal. Vamos falar de outro problema. Digamos que em minha opinião, a construção da autoridade régia, ou seja, da capacidade do rei para governar, para dar poder e ser reconhecido, requer três condições simultâneas. Uma delas é a capacidade do rei de manter uma clientela na sociedade: o rei com seus primos, os primos do rei com os aristocratas, os aristocratas com os senhores do segundo grau, o senhores do segundo grau com os senhores do terceiro grau, etc., etc. Ou seja, uma pirâmide que funcionasse e que supusesse uma relação recíproca entre o rei e todas as elites da sociedade francesa. Clientelismo, relação pessoal, nova fórmula, digamos, forma Moderna de uma relação que já existia na Idade Média, isso vai se aprofundando na época Moderna.

Segunda condição que acho importante é a violência pura, pura violência, mas não do Estado. Do rei, da família real em submeter os seus rivais às suas vontades, às suas ordens e à sua providência, um elemento que os franceses praticamente sempre deixam de lado porque estão obcecados com a ideia de que a França é o país da razão de Estado e da racionalidade. E a razão de Estado e a razão não tem nada a ver.

Terceira condição: a sedução. O rei seduz com as cerimônias, com as belezas do palácio de Versalhes, com as cerimônias religiosas nas catedrais. Clientelismo, violência e sedução, são os três pilares de afirmação do poder da família real sobre o resto da sociedade. Isso não requer, necessariamente, o uso nem da palavra Estado, nem de nada semelhante. No caso francês, eu diria que se você pensa que o poder absolutista de Luís XIV notava-se através da cerimônia de Versalhes e a submissão de todos os corpos da sociedade à vontade do rei, na cenografia do palácio, por que os nobres aceitaram passar de guerreiros a cortesãos? Por que aceitaram aquilo? A resposta é muito fácil. Porque foram assassinados. Porque os seus pais e avós fizeram a guerra pelo rei e perderam a guerra.

Desde o início das guerras de religião [1560] até o final do período da Fronda [1648-1653], dezenas de famílias aristocratas francesas foram liquidadas em guerras civis, porque a França estava nesta situação permanente, aberta, ou menos, uma guerra disfarçada, mais tranquila, que sempre pode brotar e, quando brota, os aristocratas querem mais uma vez impor a sua vontade ao rei por outra guerra civil. Finalmente, quando Luís XIV chega ao poder aquela nobreza francesa já está castrada, fisicamente liquidada. Um processo exatamente do mesmo gênero permite explicar o porquê que Felipe II de Espanha, ou primeiro de Portugal, ganhou com grande facilidade Portugal e porque a nobreza portuguesa foi, em grande parte, liquidada, na batalha dos Três Reis [Alcácer-Quibir], no Marrocos. Ou seja, não é apenas uma questão de terem desaparecido os chefes de muitas famílias da grande nobreza portuguesa, estes que eram o esqueleto da sociedade. Felipe II chega num país que perdeu uma parte muito nobre de sua elite natural, os pais da pátria. Os pais da pátria estão mortos ou estão presos no Marrocos.

Bom, o que é que se passou na Restauração? Exatamente a mesma coisa. Quando o duque de Bragança faz o golpe de estado – eu falo “golpe de estado”, primeiro dizendo que em 1640 uma quinquilharia de nobres, condes, duques e marqueses portugueses a esta altura estavam em Madrid, porque foram chamados pelo conde-duque Olivares. Isso explica o porquê do estatuto dos restauradores serem todos de nobres muito modestos. O grande duque de Bragança e todos os outros são fidalgos, fidalgos modestos, porque todos, ou um grande número dos pais da pátria, aristocratas, bispos, e juristas portugueses, em 1º de dezembro de 1640, estavam em Madrid. E o que faz o duque de Bragança? Quando ele entendeu que uma parte enorme daqueles tipos não reconheceria o ducado de Bragança e reconhecia o poder do rei Habsburgo, ele criou uma nova nobreza, confiscou os bens deles e cortou a cabeça de alguns, durante o verão de 1641 e, depois, também de 1642. Ele criou uma nova era, praticamente nesse nível. Felipe II fez isso e dom João IV fez o mesmo. Quando o rei realmente pode fazer isso, o rei pode afirmar um certo poder.

7M: O que faz o rei poder fazer tudo isso?

JFS: A conjuntura.

7M: Dito certa vez pelo próprio António Manuel Hespanha, “a tese que envolve seus trabalhos sobre a Restauração rejeita uma perspectiva macro de forma nacionalista, para adotar uma narrativa que traz para o centro as micro tensões e poderes polissinodais”. Como o senhor analisa a importância das estruturas jurídicas para se compreender a política das sociedades ibéricas da época Moderna, sabendo-se que algumas vezes a regra se constituía letra morta?

JFS: Eu não diria que as normas são letras mortas, porque dizer a coisa desta forma significa que nós, como historiadores, separamos unicamente a norma, a regra e a prática. Isto é justamente o contrário do que a escola do Hespanha fez, na qual é preciso incorporar regras e práticas a um olhar único. Afinal, o fato de ladrões existirem na sociedade, não significa que eles não conheçam as regras que proíbem o furto. A proibição do furto não elimina ladrões, mas faz com que o furto seja sempre um crime. Uma ação criminoso e uma ação não criminoso não são a mesma coisa. Os criminosos sabem que estão fora da lei de tal maneira que, ainda quando as leis estão sendo violadas, seus transgressores sabem que estão violando-a. Não é a mesma coisa construir um barco e assaltar uma casa, ninguém pensa que seja igual no Antigo Regime, nem hoje e nem na Idade Média. Assim, eu não diria que nós tenhamos conciliado, por um lado, o corpo jurídico como uma magnífica máquina e, por outro lado, a realidade algo que se desenvolve nas margens, fora daquele momento. Sobretudo, porque no Antigo Regime aquele momento é um momento casuístico que permite em cada caso construir um raciocínio jurídico adaptável ao caso, de tal maneira que não faz muito sentido, seguindo os padrões de Direito sérios, separar a prática dos agentes das teorias dos juristas, porque os juristas do Antigo Regime fazem a teoria da prática. Produzem a teoria da prática.

7M: Voltando um pouco para a França, mas pensando na relação da historiografia francesa com a academia brasileira. A partir dos anos 70 e 80, nós fomos marcadamente influenciados, principalmente na história das mentalidades, pelos estudos franceses. Como o senhor percebe hoje a projeção da historiografia francesa no cenário internacional?

JFS: Muito menor que nos anos 70, por muitas razões. Uma delas tem sido ligada à impossibilidade material de concorrer com a capacidade industrial do sistema acadêmico anglófilo da produção de

livros, artigos e jornais acadêmicos. Seja lá uma desigualdade realmente material com a academia norte-americana e, por conseguinte, britânica, australiana, neozelandesa, etc. que a França não pode concorrer. Hoje de manhã, vi os números atuais do investimento norte-americano nas ciências, na investigação. Sem dúvida nenhuma, em termos econômicos, os Estados Unidos são a potência científica mundial de hoje. Posso passar os números mais exatos, mas algo em torno de 35% ou 40% dos instrumentos científicos mundial estão nos Estados Unidos; oito das dez melhores universidades estão por lá, 57 das 100 primeiras; uma das mais altas porcentagens do produto interno bruto investidos nas investigações e no ensino superior está nos Estados Unidos; um sistema de publicação (capítulo de livros e artigos) e uma precocidade no uso de instrumentos digitais em relação à Europa, que é praticamente impossível superar. Aqui tem muitos problemas, que são, no fundo, o sistema de produção de Ciências Humanas e Sociais em língua inglesa, que se converte cada vez mais em um sistema autossuficiente, não necessitando se comunicar com outras sociedades, com outras línguas. Isto, porque o volume de trabalhos científicos publicados nessa língua é tão gigantesco que poder ter uma ideia minimamente de tudo o que está escrito em língua inglesa basta para a vida de um investigador – sem ter a curiosidade de se inteirar do que escrevem os italianos, os franceses, os alemães, os portugueses, os brasileiros, etc. Nesta situação, não há dúvida nenhuma que a França tenha perdido uma vitória que não podia ganhar.

De fato, não sei se a França tinha a mínima vontade, realmente, de brigar contra as diferentes frentes do sistema. Essas foram as razões externas e há razões internas também. No fundo, os franceses puderam exportar a sua historiografia numa etapa do século XX, quando o progressismo ideológico com todas as suas variantes, desde o liberalismo até o marxismo, admitiam a ideia que o universalismo da Revolução Francesa [1789-1799] e o modelo de republicanismo francês, e até do Estado francês, no sentido antigo de um estado absolutista, era um modelo universalizado. No sentido que este era um caminho, uma via universal que podia ser compreendido e podia ser uma fonte de inspiração para qualquer sociedade do mundo. Esta crença já está diluída. Ninguém pensa hoje que o modelo da Revolução Francesa, que o modelo francês de secularização, que a relação entre a República e a Igreja seja realmente universal. Existe um discurso universalista interno, mas não significa que ele seja universal.

A partir do momento em que já ninguém acreditava que, objetivamente, o modelo francês fosse universal, a curiosidade diminuiu e em uma etapa que a academia francesa tem progredido muito pouco na capacidade de estudar sociedades não francesas. Temos uma situação muito melhor que a portuguesa, a espanhola ou a italiana. Muito melhor, ou seja, o número de franceses que fazem a história da China, da Rússia, da Índia, da África, da América Latina, entre outras, é proporcionalmente maior, é, ainda, muito superior do que no sul da Europa. Mas não chega a altura dos Estados Unidos e o futuro está lá. Ou seja, no departamento *standard* de História, por exemplo, em França, não há ninguém que saiba dar aulas informadas com fontes primárias sobre a história da China contemporânea. Nós temos, na maioria dos nossos departamentos, uma relativa variedade, digamos, de oferta. Temos historiador da Itália, de Espanha, da América Latina, mas obviamente, da Inglaterra menos, norte-americano pouco, da Alemanha temos. Agora, em um departamento *standard*, não há historiador da China; não há historiador da Índia; não há historiador da África, ponto. A China é uma terça parte da humanidade, com quatro mil anos de cultura escrita. Uma sociedade que dispôs de imprensa 350 anos antes de nós, os europeus. Agora, se França não se preocupar, no futuro, em desenvolver programas de acolhimento de professores especializados naquelas áreas do mundo, o provincialismo francês vai ser ainda pior. Porque o mundo de fora, visto pela França, o mundo de Xangai, o mundo de Mumbai, o mundo de São Paulo,

o mundo de Tóquio e outros, não pode estabelecer um diálogo com os franceses, se os franceses não tem nenhum outro produto para vender senão a França. Nós temos que ter outro produto para vender. É verdade para o Brasil também. Por isso, a escolha da história africana, da História da África, como algo estratégico da universidade brasileira. É uma escolha muito inteligente.

No futuro, a França será capaz de retomar parte do terreno perdido, se a academia publicar trabalhos novos e interessantes sobre aquelas regiões do mundo. Se nós continuarmos a dizer que vamos estudar a sociedade francesa e a história da França como um modelo que explica, que é a chave para entender outras coisas, vamos ter graves problemas no futuro.

7M: Pensando a influência da França para o mundo europeu, temática explorada em seu livro *A França do espanhóis*, gostaríamos que senhor comentasse sobre a influência do modelo político e cultural dos espanhóis, além daquelas monarquias que estavam sobre influência direta dos Áustrias.

No fundo, em 1590, Madrid era Washington; Madrid era o Kremlin. Quero dizer, era a grande potência ou, como se dizia a altura, era a monarquia universal da época. O conhecimento da língua espanhola nas capitais europeias, em 1620, é algo absolutamente impactante. Em Londres, em Paris, em Amsterdam, evidentemente, em toda Itália, as pessoas sabiam espanhol porque era a grande potência da época. Era o maior poder militar e imperial do seu tempo. Ou seja, assim como vemos os filmes americanos hoje, eles liam *Dom Quixote*. Os europeus traduziram *Dom Quixote* não apenas porque era um livro genial, mas porque era o centro, lá estava o milagre da concentração em Madrid. É minimamente normal.

7M: Cronologicamente, é possível estabelecer um marco de transição? Qual seria?

Nesse livro, o que eu digo é uma coisa diferente, algo que é muito francês. Geralmente, se diz que a influência dos Habsburgos na França começou em finais das Guerras de Religião e acabou, praticamente, no reinado do rei Luís XIII, a partir das guerras Médicis. No entanto, a minha proposta naquele livro era dizer que o imaginário político da corte de Luís XIV foi tão profundamente católico e intransigente, absolutamente não secularizado, que seu modelo ideal foi o modelo dos Habsburgos – já com a ideia de que os franceses são herdeiros dos espanhóis na guerra e perderam contra o protestantismo na Europa. Por isso, no livro, eu explico uma coisa que parece absolutamente esquisita. Luís XIV, entre 1672 e 1674, já considerava que os holandeses protestantes eram rebeldes. Mas rebeldes contra o que? Os holandeses nunca foram vassalos do rei da França, mas foram rebeldes porque Luís assumiu o fato dos holandeses serem aqueles tipos que se revoltaram contra o poder católico legítimo do rei de Espanha, e ele, de alguma forma, era herdeiro daquela potência católica integral, por sua linhagem, por sua mãe, mas também em termos simbólicos. Esta era a ideia que eu defendi no livro que, no fundo, o modelo mais explicitamente reivindicado por Luís XIV para a sua corte foi o modelo espanhol do século XVI.